

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A, NO PRAZO DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS, INVESTIGAR E APURAR AS DENÚNCIAS NOTICIADAS NO DIA 27 DE MAIO DE 2015, SOBRE SETE DIRIGENTES DA FIFA ACUSADOS DE VÁRIOS CRIMES, INCLUINDO FRAUDE, SUBORNO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA, E PRESOS NA SUÍÇA (HÁ O ENVOLVIMENTO DE TRÊS BRASILEIROS, CONFORME O DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA DOS ESTADOS UNIDOS, SENDO UM DELES JOSÉ MARIA MARIN, EX-PRESIDENTE DA CBF E ATUAL VICE-PRESIDENTE DA INSTITUIÇÃO) – MÁFIA DO FUTEBOL (CPI - FIFA E CBF)

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

(Do Sr. ARNALDO JORDY)

*Requerimento de convocação do ex-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF e do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo de 2014, **José Maria Marin**, para prestar esclarecimentos acerca das denúncias de corrupção envolvendo a FIFA e a CBF.*

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 1952 e o art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convocado o ex-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF e do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo de 2014, José Maria Marin, para prestar esclarecimentos acerca das denúncias de corrupção envolvendo a FIFA e a CBF.

JUSTIFICAÇÃO

Indiciado pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos juntamente com outras 14 pessoas por fraude, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, José Maria Marin foi preso em Zurique em 27 de maio de 2015 e depois de extraditado aos EUA, onde aguarda julgamento em prisão domiciliar em Nova York. O Segundo os investigadores, os acusados movimentaram cerca de 150 milhões de dólares (mais de 470 milhões de reais) em um esquema que já existiria há pelo menos 24 anos. Os negócios envolveriam direitos de transmissão e acordos de marketing em campeonatos na América Latina.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A, NO PRAZO DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS, INVESTIGAR E APURAR AS DENÚNCIAS NOTICIADAS NO DIA 27 DE MAIO DE 2015, SOBRE SETE DIRIGENTES DA FIFA ACUSADOS DE VÁRIOS CRIMES, INCLUINDO FRAUDE, SUBORNO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA, E PRESOS NA SUÍÇA (HÁ O ENVOLVIMENTO DE TRÊS BRASILEIROS, CONFORME O DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA DOS ESTADOS UNIDOS, SENDO UM DELES JOSÉ MARIA MARIN, EX-PRESIDENTE DA CBF E ATUAL VICE-PRESIDENTE DA INSTITUIÇÃO) – MÁFIA DO FUTEBOL (CPI - FIFA E CBF)

Enquanto a investigação era conduzida a partir de dezembro de 2011 contra dirigentes da Fifa e os nomes de brasileiros começavam a ser investigados pelo FBI, José Maria Marin e Marco Polo Del Nero, estavam sob proteção diplomática concedida pelo governo de Dilma Rousseff. Numa das viagens em que foram pegos em grampo telefônico ao conversarem com o empresário J. Hawilla, da *Traffic*, sobre o pagamento de supostas propinas, os cartolas também contavam com passaportes diplomáticos.

Após as prisões dos dirigentes da Fifa, o Departamento de Justiça americano divulgou nota citando a CBF em suposto suborno pago em negociação da entidade com “uma grande marca esportiva americana” — que, no caso, seria a Nike, fornecedora da seleção brasileira desde os anos 1990. Hawilla foi o responsável pelo contrato celebrado em 1996 entre a Nike e a seleção brasileira, que foi alvo de uma CPI, encerrada em junho de 2001 sem desdobramentos.

A nota fala em um “esquema de pagamento de propinas” relacionado a contratos de marketing e transmissão de jogos da Copa do Brasil, torneio organizado pela CBF. Hawilla estaria envolvido nesses pagamentos. Ele já admitiu a sua culpa e iniciou tratativas para reduzir sua possível pena.

O comunicado do Departamento de Justiça dos Estados Unidos afirma que, desde 1991, teriam sido pagos mais de US\$ 150 milhões em propinas. O suborno seria pago por empresas a dirigentes em troca de contratos de marketing e direitos de TV de competições esportivas organizadas pela Fifa e entidades a ela ligadas.

Entre esses torneios, diz a nota, estão a Copa Libertadores, a Copa América, as eliminatórias da Copa do Mundo da Concacaf e a Copa do Brasil. “Outros supostos esquemas relacionados ao pagamento e recepção de propina estão em conexão com o patrocínio da CBF por uma grande empresa de

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A, NO PRAZO DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS, INVESTIGAR E APURAR AS DENÚNCIAS NOTICIADAS NO DIA 27 DE MAIO DE 2015, SOBRE SETE DIRIGENTES DA FIFA ACUSADOS DE VÁRIOS CRIMES, INCLUINDO FRAUDE, SUBORNO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA, E PRESOS NA SUÍÇA (HÁ O ENVOLVIMENTO DE TRÊS BRASILEIROS, CONFORME O DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA DOS ESTADOS UNIDOS, SENDO UM DELES JOSÉ MARIA MARIN, EX-PRESIDENTE DA CBF E ATUAL VICE-PRESIDENTE DA INSTITUIÇÃO) – MÁFIA DO FUTEBOL (CPI - FIFA E CBF)

material esportivo dos EUA”, reitera o Departamento de Justiça americano, sem citar nominalmente a Nike.

Diz a nota do Departamento de Justiça: “Duas gerações de dirigentes de futebol abusaram de suas posições de confiança para ganho pessoal, frequentemente através de aliança com executivos de marketing inescrupulosos que barraram concorrentes e mantiveram contratos lucrativos para si mesmos através do pagamento sistemático de propinas. Os dirigentes são acusados de conspiração para solicitar e receber mais de US\$ 150 milhões (cerca de R\$ 400 milhões) em subornos em troca do apoio oficial dos executivos de marketing que concordaram com pagamentos ilegais.

Em abril de 2014, por exemplo, Marin e Del Nero se encontraram com Hawilla na Flórida, nos Estados Unidos. Segundo o indiciamento dos cartolas brasileiros, “em determinado momento quando (Hawilla) perguntou se era realmente necessário continuar pagando propinas para seu antecessor na presidência da CBF”, o diálogo prosseguiu com uma resposta clara por parte de Marin. “Está na hora de vir na nossa direção. Verdade ou não?”, disse. “Claro, claro, claro. Esse dinheiro tinha de ser dado a você”, respondeu Hawilla.

Em vista da gravidade das acusações que envolvem o ex-Presidente da CBF, solicito o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento que visa apurar os fatos e punir os responsáveis.

Sala da Comissão, em 30 de março de 2016.

Deputado ARNALDO JORDY

PPS/PA